A economia e o emprego formal

2006. Ano 3 . Edição 18 - 1/01/2006

"Cerca de 531 mil novos empregos foram gerados em empresas com mais de 1.000 empregados, que são as que mais investem em novas tecnologias e métodos poupadores de insumos"

Paula Montagner

Os anos 90 foram marcados pela contínua redução do emprego formal, o que foi considerado, por alguns analistas, como um dos efeitos decorrentes da globalização. Os resultados apresentados pelas pesquisas nos últimos três anos, no entanto, mostraram que isso não é uma verdade imutável, uma vez que foi constatado crescimento do emprego com vínculo formal simultaneamente ao crescimento econômico, ao aumento da produtividade setorial e até mesmo de rendimentos do trabalho menos qualificado, além de maior exposição da economia ao mercado externo por meio do aumento de exportações e importações.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) registrou que cerca de 70% das ocupações criadas em 2003 e 2004 envolveram vínculo formal. O maior detalhamento dessa importante inversão de tendência pode ser feito por meio da análise dos resultados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), divulgada anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego, uma vez que o universo das empresas geradoras de emprego declara informações sobre suas atividades e a situação ocupacional de seus empregados. Os resultados da Rais para 2003 e 2004 - similares àqueles revelados pela Pnad e que confirmaram informações parciais apresentadas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), uma vez que registra apenas admissões e desligamentos dos trabalhadores celetistas a cada mês - revelaram aumento de 2,7 milhões de empregos com vínculo formal. Houve crescimento em todas as regiões do país, em especial naquelas em que esse tipo de vínculo é menos freqüente, como nas regiões Norte (9%), Centro-Oeste (5,8%) e Nordeste (5,5%), embora em números absolutos as regiões Sudeste e Sul sejam as que tiveram maiores aumentos em seus contingentes (1,1 milhão e 0,6 milhão, respectivamente). Outro aspecto que não pode ser desprezado é a característica desses vínculos: 85% desses postos eram contratos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) por tempo indeterminado, 10% eram contratos de servidores públicos estatutários, e os restantes 5% representavam outros tipos de vínculo, como os temporários.

Em 2004, foram gerados 1,86 milhão de postos, correspondendo a crescimento de 6,3% dos empregos formais, o maior desde 1987, e registrando-se aumento de 4,6% nos estabelecimentos geradores de emprego.

As atividades que mais ampliaram postos de trabalho foram o agronegócio (com destaque para as cadeias de açúcar e álcool e de carnes); de calçados e de vestuário (mesmo estando ambos os segmentos bastante pressionados pela concorrência externa); e a cadeia metal-mecânica (com a produção de veículos, autopeças e também a

produção e reparação de máquinas). É importante frisar que o crescimento da produção de bens induziu expressivo aumento do emprego no comércio e nos serviços, em especial nos segmentos de apoio às atividades produtivas, como as das empresas que transportam carga, despacham mercadorias, recrutam e selecionam mão-de-obra, além de outras que prestam serviços administrativos, jurídicos e contábeis para empresas.

Esse crescimento teve uma característica pouco esperada: 531 mil novos empregos foram gerados em empresas com mais de 1.000 empregados. Essas empresas são as que mais investem em novas tecnologias e métodos poupadores de insumos. O aumento do emprego nesse segmento expressa a importância do crescimento econômico para a geração de novos empregos em nosso país.

A pesquisa reafirmou ainda a ampliação do crescimento das contratações de homens e mulheres com maior escolaridade; 65% dos novos contratados haviam concluído o nível médio, embora, devido à escassez de mão-de-obra qualificada em algumas ocupações, tenha se verificado a readmissão de trabalhadores com mais idade e menos escolaridade. Além disso, há que mencionar que, em 2004, a geração expressiva de empregos elevou a massa de rendimentos desses assalariados em 7,6%, o maior aumento desde 1995, quando se observou os efeitos da estabilização da moeda.

Paula Montagner é economista e coordenadora do Observatório do Trabalho no Ministério do Trabalho e Emprego

Copyright © 2007 - DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO
É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação sem autorização.
Revista Desafios do Desenvolvimento - SBS, Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - Brasília - DF - Fone: (61) 2026-5334